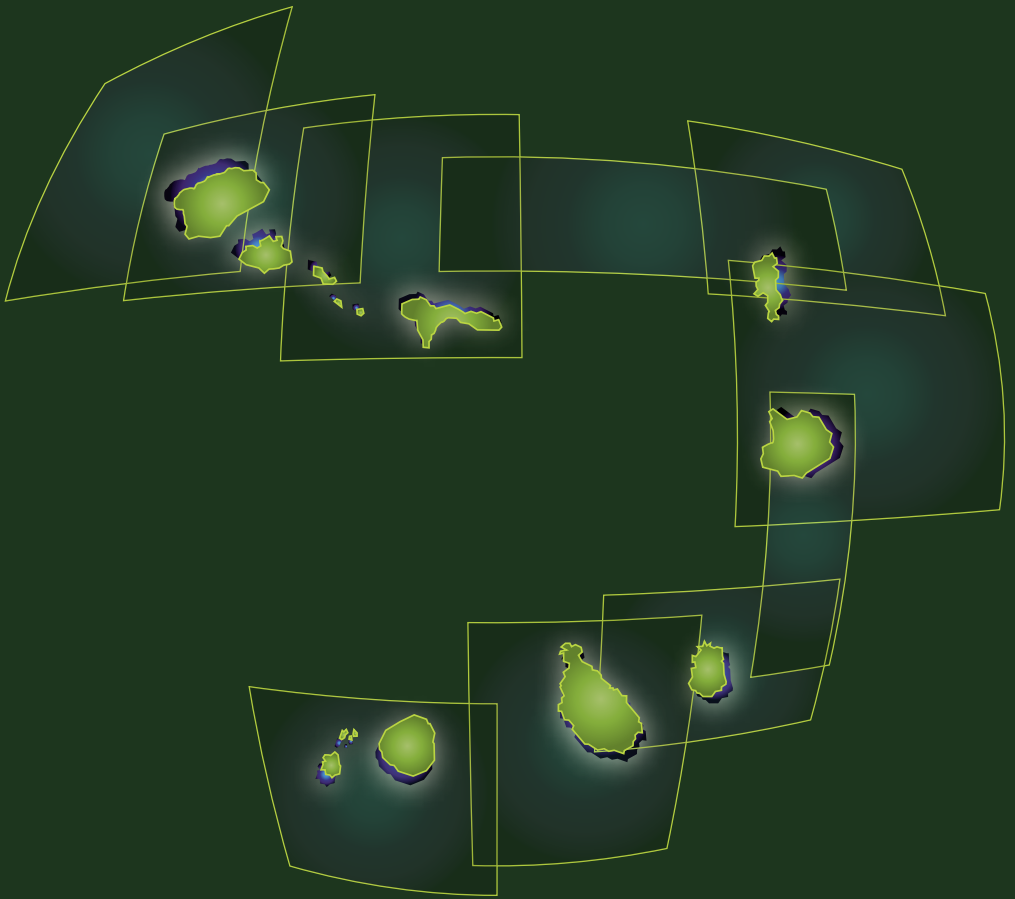


PLANO MODERNIZAÇÃO MUNICIPAL

CABO VERDE

2005 - 2008



PLANO MODERNIZAÇÃO MUNICIPAL CABO VERDE

2005 – 2008



Governo da República de Cabo Verde
Secretaria de Estado do Descentralização

ANMCV



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS
MUNICÍPIOS DE CABO VERDE



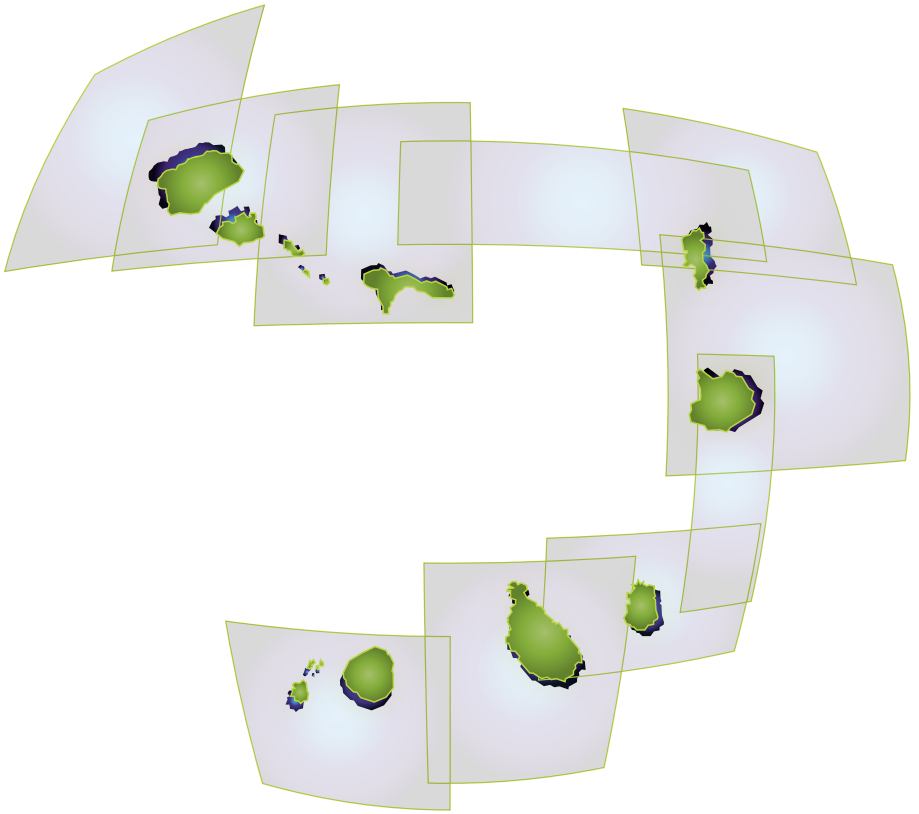
COOPERACIÓN
CANARIA



AECI

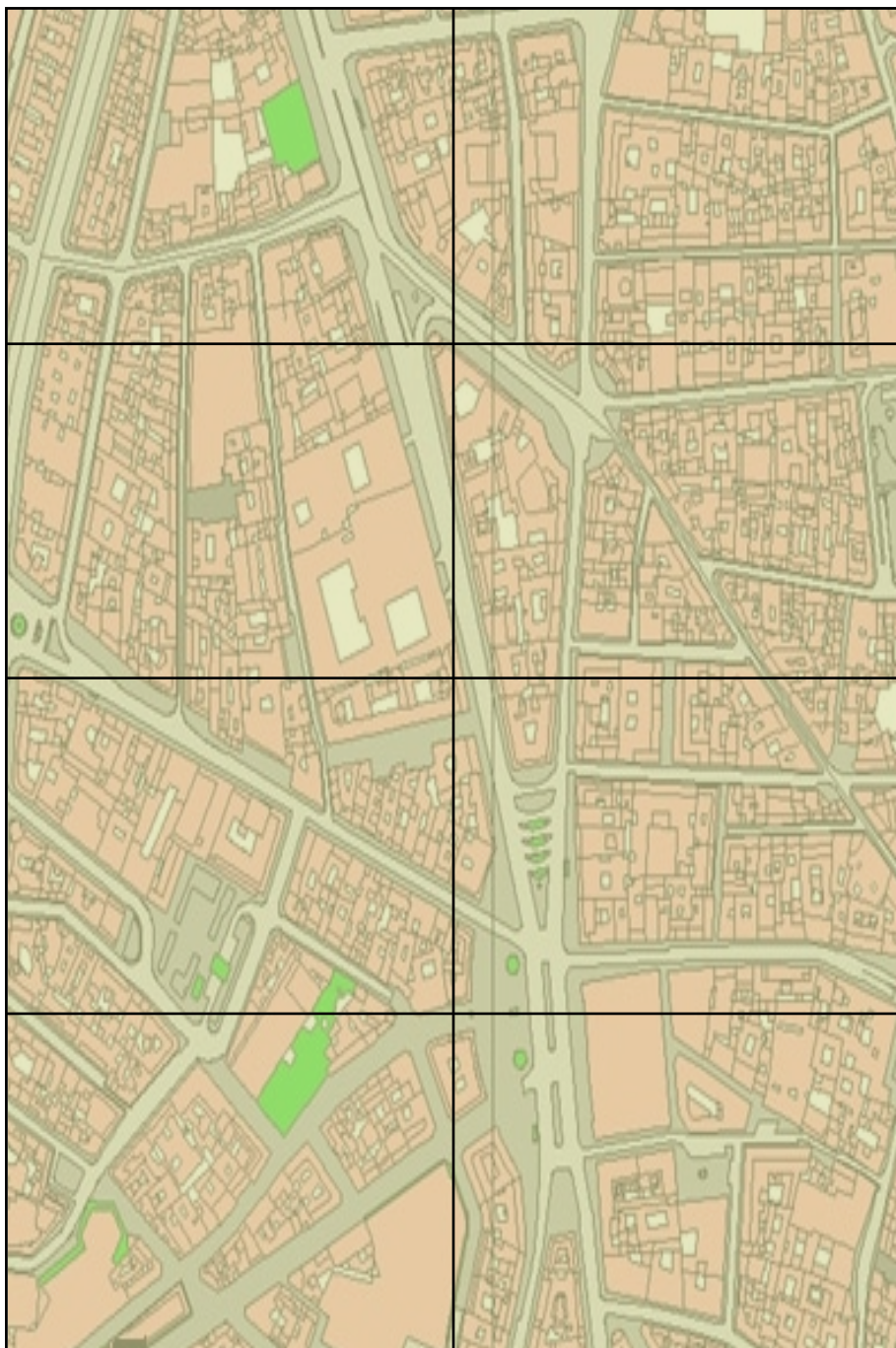


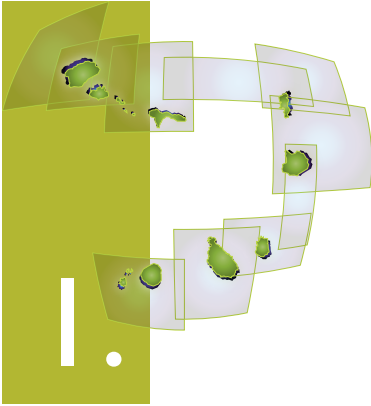
galileo
INGENIERÍA Y SERVICIOS S.A.



ÍNDICE

● 1. INTRODUÇÃO	5
● 2. OBJECTO DO PROJECTO	6
● 3. PLANO DE MODERNIZAÇÃO MUNICIPAL	7
● 4. TOPONIMIA E RUERO DOS MUNICIPIOS DE CABO VERDE	10
● 5. CARTOGRAFÍA E CADASTRO	13
● 6. ORÇAMENTO	17
● 7. ANEXO	18





INTRODUÇÃO

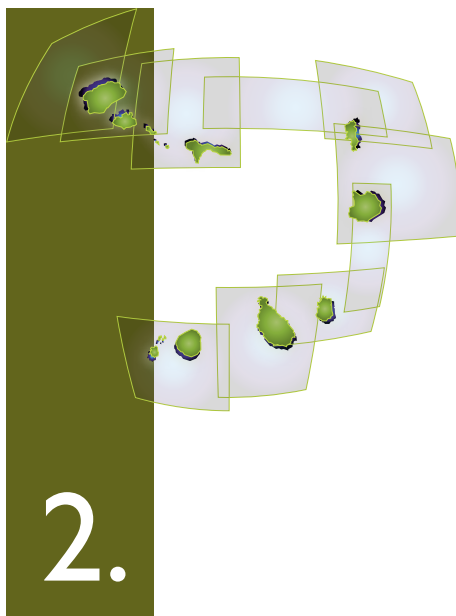
Cabo Verde, após a abertura política operada em 1991, optou de forma clara por um Estado de direito democrático descentralizado, assente sobre entidades administrativas de base territorial a quem são confiadas inúmeras atribuições e competências.

As primeiras eleições autárquicas tiveram lugar decorria então o ano de 1992, tendo sido realizadas periodicamente, de quatro em quatro anos, de forma tranquila e transparente, o que faz de Cabo Verde um exemplo em África em matéria de democratização e respeito pelos direitos. Liberdades e garantias dos cidadãos.

Com ganhos significativos ao longo da sua trajectória, o Poder Local Cabo-verdiano, continuará a precisar nos próximos anos de apoios da cooperação internacional para o seu esforço próprio de modernização da sua gestão com o fito de, cada vez mais, poder prestar um serviço de qualidade aos seus utentes e munícipes, assente nos princípios da eficiência e eficácia, rapidez e transparência nas decisões.

Por outro lado, em parceria com outras entidades, desde logo, a Associação Nacional dos Municípios de Cabo-verdianos e o Governo, os Municípios desejam, no próximo mandato, a iniciar em Abril de 2004, dar passos qualitativos no domínio da gestão territorial, urbanística e cadastral, uma vez que, com o projecto de Cartografia Digital, financiado por Portugal, através da Associação Nacional de Municípios Portugueses, brevemente serão disponibilizados cartografia que servirá base à implementação plena dos sistemas de informação geográfica.

Neste contexto, este novo projecto de modernização enquadra-se na filosofia de apoio da ANMVCV e do Governo aos Municípios de Cabo Verde, no intuito de prepará-las cada vez mais para assumir novas responsabilidades no quadro do processo de descentralização em curso no país.

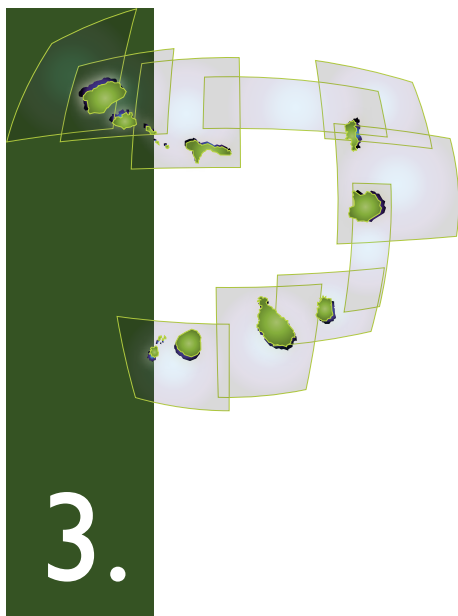


OBJECTO DO PROJECTO

Este projecto é composto por três partes autonomizáveis mas profundamente interligadas entre si pelo objectivo supremo de, directa ou indirectamente, contribuírem para a modernização da gestão dos Municípios de Cabo Verde.

São eles:

- Modernização dos Municípios, na qual pretende-se dar continuidade às acções implementadas em todos os Municípios, no âmbito da execução do PMM, projecto de cooperação Canarias/Cabo Verde, particularmente no que tange à capacitação dos mesmos nos domínios do acesso, gestão e exploração da informação urbanística e territorial;
- Toponímia dos Municípios, cujo o objectivo é fazer o levantamento toponímico dos centros urbanos e rurais do país, um dado inexistente em Cabo Verde;
- Cartografia e Cadastro, através do qual se pretende colaborar na elaboração da legislação básica e definição de uma metodologia de cadastro no país, bem como apoiar os Municípios e a DGOTH no reforço da capacidade técnica no concernente ao acesso, gestão e exploração da informação geográfica e cadastral.



CARACTERÍSTICAS DO PLANO DE MODERNIZAÇÃO MUNICIPAL

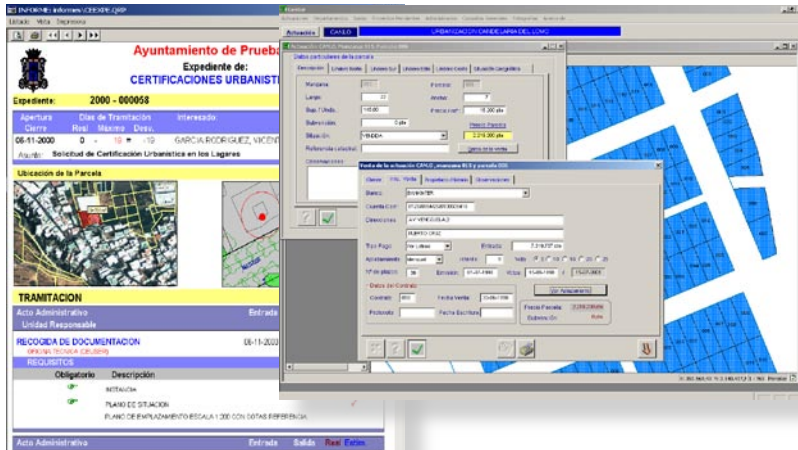
A problemática da modernização municipal vem sendo abordada com ações concretas nas Canárias e Cabo Verde a fim de potenciar os instrumentos de gestão, sua implementação e formação dos funcionários no contexto da informática.

O aprofundamento da informatização dos serviços municipais permitirá aprofundar a descentralização, necessária nas realidades insulares, tanto a nível político como da gestão. Permitirá igualmente melhorar o atendimento aos cidadãos, evitar sua mobilidade e facilitar a implementação da janela única, no que concerne ao processamento dos requerimentos através da Internet.

Dado que todos os Municípios possuem características e aptidões diferenciadas, o Plano deverá continuar a ser modular (património, registo, gestão de expedientes, sistemas de informação geográfica, cadastro, urbanismo,... etc.). Na fase antecedente, todos os Municípios aderiram voluntariamente, conforme as suas necessidades e interesse.

3.1 COORDENAÇÃO COM OUTROS PROJECTOS

Este plano pretende continuar a ocupar o seu lugar próprio no contexto da modernização municipal. As áreas já ocupadas por outros parceiros nacionais ou estrangeiros serão tidas em conta. Desenvolverá esforços no sentido de compatibilizar e coordenar com todos os agentes de desenvolvimento dos Municípios de Cabo Verde.



3.2 METODOLOGÍA Y ACTIVIDADES A DESARROLLAR

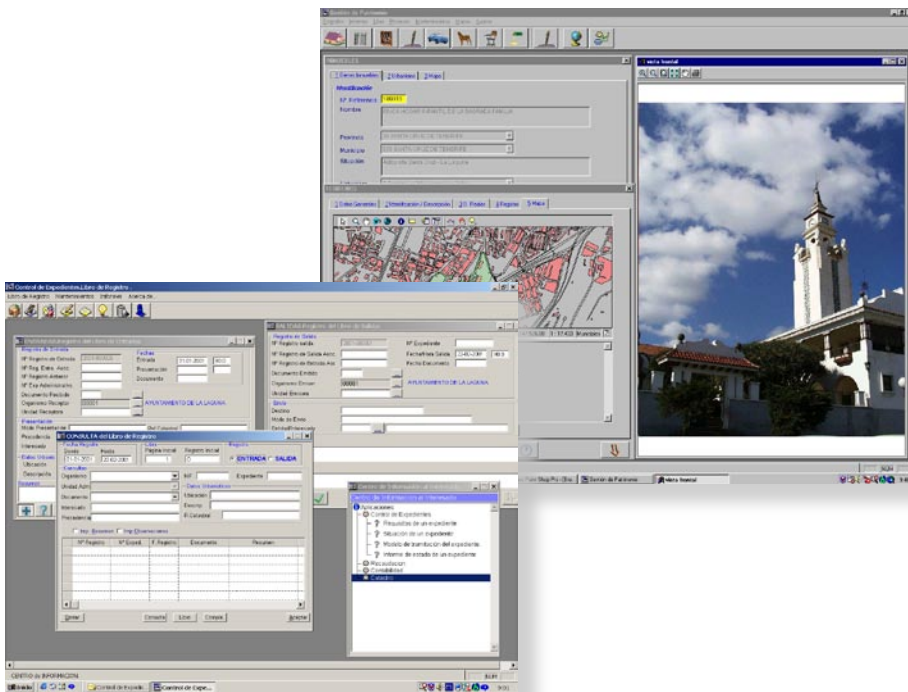
El Plan continuará siendo eminentemente práctico, con apoyo personalizado en cada municipio, y con una metodología de formación que alcance a todos los funcionarios y todas las áreas del proyecto. Tanto el apoyo personalizado, como la formación y el software serán elementos incluidos en el plan y tendrán carácter gratuito para los municipios. Las líneas básicas de actuación serán las siguientes:

- Realización de un programa insular de apoyo continuo a todos los municipios interesados en integrarse en el mismo, basado en la metodología desarrollada con éxito en 31 municipios de Canarias, desde 1994, por el Cabildo de Tenerife;
- Medios técnicos, materiales y humanos a consignar al proyecto de carácter eminentemente práctico:
- Coordinación, a través de la CSA. El Plan de trabajo es modular, voluntario y abierto (los municipios pueden entrar o salir de una o varias áreas); eminentemente práctico; plurianual, comprendiendo los 17 municipios del país.

3.3 COMPONENTES E ÁREAS DE TRABALHO:

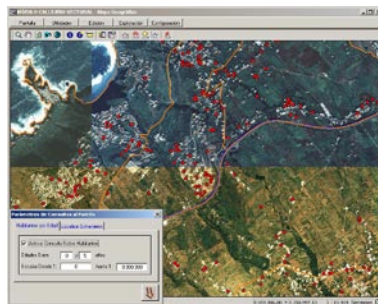
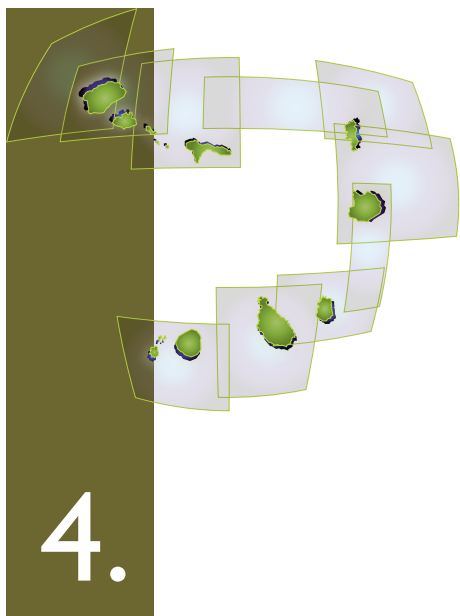
O plano incluirá as seguintes componentes:

- Consultoria de apoio e implementação – formação continua do pessoal;
- Atelier, seminários e jornadas técnicas de formação;
- Assistência Técnica;
- Pequenos programas de investimentos complementar às que venham as Câmaras Municipais a realizar anualmente para dotar aos destinatários de Hardware necessário.



As áreas de trabalho são as seguintes:

- Património municipal;
- Arrecadação de Receitas;
- Gestão Cadastral;
- Registro E/S e Gestão de Expedientes – Janela Única.



TOPONIMIA E RUERO DOS MUNICIPIOS DE CABO VERDE

4.1 OBJECTO

O presente projecto tem por objecto o “Resgate da toponímia dos Municípios de Cabo Verde” por meio da compilação de fontes escritas com base cartográfica e de transmissão oral, mediante trabalhos de campo, análises e normalização linguística e introdução correcta no modelo topográfico à escala 1:5.000”.

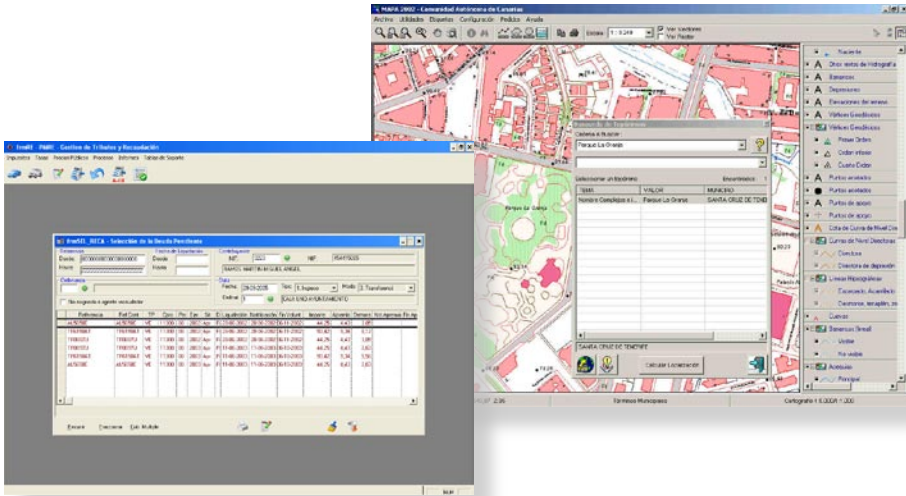
4.2 TOPONÍMIA ACTUAL

A toponímia actual não oferece quaisquer garantias. O resgate obriga a partir praticamente do zero com um intenso trabalho de campo para todo o território nacional.

4

.3 TOPONÍMIA OFICIAL

É necessário dispor de uma toponímia, cujas denominações aprovadas sejam legais para todos os efeitos, aceite tanto pelas Instituições como pelos seus habitantes. Este trabalho pode ser a base para lograr que no futuro essas denominações resgatadas sejam consideradas oficiais.



4.4 PATRIMÓNIO CULTURAL

A toponímia é um dos elementos que melhor define a nossa cultura. Esta parcela linguística e etimológica, conforma um património próprio, um dos pilares da nossa identidade como povo. As palavras representam normalmente o nosso meio e paisagem, a natureza e a sua relação com o homem: história, costumes, espiritualidade e actividade económica. Por isso, a elaboração da toponímia é importante para preservar o nosso passado, desenvolver o presente e projecta no futuro.

É, efectivamente, urgente a recuperação da toponímia de transmissão oral, em especial, as referentes a zonas florestais, de relevo abrupto e actuais núcleos habitacionais. Está-se perdendo a memória viva de alguns dos nossos maiores antepassados que já há décadas que abandonaram a sua tradicional forma de vida em contacto com a terra; cada dia que passa desaparece parte do nosso património histórico e linguístico.

4.5 BANCO DE DADOS DE TOPONIMIA

Uma vez realizado o trabalho de campo, pretende-se divulgar as informações com a criação de um banco de dados de toponímia que pela sua importância cartográfica, estatística, histórica, cultural e linguística deverá converter-se numa ferramenta imprescindível para as instituições e os investigadores interessados em conhecer melhor a natureza e o homem (filólogos, geógrafos, historiadores, botânicos, zoólogos, arqueólogos, etnógrafos e sociólogos, entre outros).

4.6 MEMORIA TÉCNICA - PROCEDIMENTOS

Cartografia

A realização deste trabalho implica a disponibilização de cartografia adequada que, na sequência da recente concretização do projecto de Cartografia Digital, financiado por Portugal, permite obter este precioso material ainda durante este ano. Por outro lado, será utilizada a cartografia histórica que servirá de padrão de comparação.

A recolha de dados, tanto oral como escrita, é feita a nível da ilha como um todo, independentemente de ter um ou mais Municípios.

Formação das equipas de trabalho

A formação teórica dos inquiridores e a definição de uma metodologia de trabalho será definida em concertação com todos os actores do projecto. Para além disso, os inquiridores farão práticas de campo para normalizar o processo de recolha e guiá-los por normas previamente definidas.

O projecto contará com duas equipas de inquiridores composto por três pessoas cada que, mediante coordenação e orientação de técnicos competentes, desenvolverão o trabalho de terreno.

Numa fase seguinte, ou seja, á medida que forem recolhendo as informações estas serão digitalizadas e introduzidas na correspondente base de dados por uma terceira equipa de trabalho cuja base será os escritórios do projecto.

Âmbito territorial

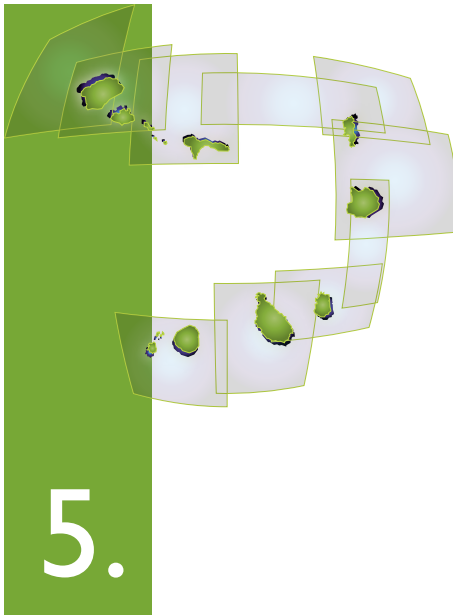
Com homogeneidade de tratamento para todo o território nacional, recuperando numerosas designações notáveis, situando nomes mal abicados e corrigindo denominações incorrectas, o seu âmbito de actuação será todas as ilhas.

As prioridades vão, nesta fase, para a identificação dos solos urbanos e urbanizáveis, bairros, florestas, montes e vales de cada ilha do país.

A toponímia se adaptará, com preferência, às denominações oficiais dos bairros e outros já atribuídos pelas Câmaras Municipais, assim como as principais zonas rurais do país.

Experiência Piloto

Utilizando um software adequado realizar-se-á, como experiência piloto, o roteiro da Praia dotando o Município de ferramentas para a sua manutenção futura. Esta experiência poderá servir para por à disposição dos demais Municípios do país uma ferramenta e uma metodologia que lhes permita fazer todos os seus roteiros.



CARTOGRAFIA E CADASTRO

5.1 INTRODUCCIÓN

Cabo Verde precisa, nos próximos tempos, dar passos significativos no domínio da cartografia e do cadastro. Se em relação à cartografia já existem projectos em curso, no domínio do cadastro, apesar de contactos anteriores no quadro da cooperação com países amigos, tudo está por fazer.

Não existe, desde logo, um quadro jurídico que defina de forma clara as atribuições e competências de cada entidade, centrais ou locais, em matéria de cadastro, que defina uma metodologia, não tendo até agora sido realizado qualquer levantamento cadastral do país.

O Governo, ciente da importância desta matéria, definiu o ordenamento do território, a cartografia e o cadastro como grandes prioridades de governação.

É neste quadro se insere o presente projecto que, tendo a consciência dos investimentos a realizar neste sector e no sentido de testar a metodologia a definir, propõe, tão somente, iniciar com uma experiência piloto num dos Municípios de Santiago.

5.2 OBJETIVO

O presente projecto pretende, numa primeira fase, desenvolver um conjunto de acções de colaboração com o Governo de Cabo Verde na definição do quadro legal e uma metodologia de cadastro, que será aplicada e testada a título piloto num dos Municípios.

Assim, serão levadas a cabo as seguintes actividades:

1. Apoio jurídico e técnico na elaboração da lei de bases do cadastro, seus regulamentos e um Manual do cadastro, bem como facultar uma troca de experiências neste domínio entre Espanha e Cabo Verde, designadamente as Regiões de Canárias e Navarra.
2. Apoio na definição de uma metodologia de cadastro para o país
3. Teste dos procedimentos da metodologia definida (articulação entre a DGOth, Municípios, Repartições de Finanças, Conservatórias dos Registos, etc.
4. Realização de uma experiência piloto de levantamento cadastral num Município, com vista ao teste dos procedimentos administrativos e técnicos
5. Desenvolver, com base nos elementos recolhidos durante o levantamento cadastral, um base de dados cadastral com toda a informação recolhida
6. Aquisição de hardware e software básico para o Município piloto
7. Dotar a DGOth e os Municípios de capacidade de acesso, gestão e exploração da informação cartográfica no geral, a ser brevemente disponibilizada no âmbito do projecto de Cartografia Digital com Portugal, bem como da informação geográfica e cadastral
8. Teste dos aplicativos e software
9. Consultoria de implementação até o completo funcionamento dos programas e bases de dados
10. Formação teórico-prática de um ou dois funcionários de cada Municípios.

O objectivo é conseguir uma gestão cadastral integral, após a definição de um modelo cadastral válido para o país.

Tendo em conta que o cadastro imobiliário é uma ferramenta eficaz para a gestão municipal, com ganhos evidentes em termos de arrecadação de impostos locais, cuja liquidação e cobrança já foi transferido para os Municípios, no quadro do processo de descentralização em curso, torna-se evidente a necessidade de se elaborar o cadastro nacional.

Aliás, esta necessidade foi detectada e proposta ao Governo de Cabo Verde, pelos técnicos que, entre 1999 e 2003, implementaram o Plano de Modernização Municipal,

no quadro da cooperação institucional entre Cabo verde e Canarias.

Obviamente, este projecto complementa outros como o de Cartografia Digital, financiado por Portugal, Cartograf, no âmbito dos projectos Interreg II B da união Europeia, modernização da administração pública, descentralização e reforço municipal, acções essas financiadas por diversos parceiros de desenvolvimento de Cabo Verde.

Uma coordenação adequada será estabelecida com todos os projectos em curso que, de forma directa ou indirecta possam ter implicações na execução desta proposta.

5.3 VIABILIDADE TÉCNICA

O cadastro em Cabo Verde é um problema exclusivamente financeiro. Com a informação disponível não se vê nenhuma dificuldade técnica na prossecução dos objectivos apresentados. Porém, este pressuposto deve ser confirmado com uma missão de identificação detalhada do projecto antes de iniciar os trabalhos de implementação.



5.4 CONDIÇÕES POLÍTIAS

De resto, existe uma clara vontade política no s... do a cartografia e o cadastro uma grandes prioridad

5.5 CARTOGRAFIA

Será utilizada a cartografia a disponibilizar pelo Governo e a ANMCV, no quadro do projecto de Cartografia Digital para Cabo Verde, cujos voos foram recentemente realizados em todas as ilhas do país.

5.6 ELABORAÇÃO DA LEI DO CADASTRO

O objectivo é o de prestar o apoio jurídico e técnico necessário na elaboração da lei de bases do cadastro e seus regulamentos.

Para o efeito, pretende-se, a par de outras, tal como definiu o Governo, facultar uma troca de experiências neste domínio entre Espanha e Cabo Verde, designadamente as Regiões de Canarias e Navarra que desenvolveram com sucesso assinalável metodologias de cadastro, na sequência da aprovação do respectivo quadro jurídico cadastral.

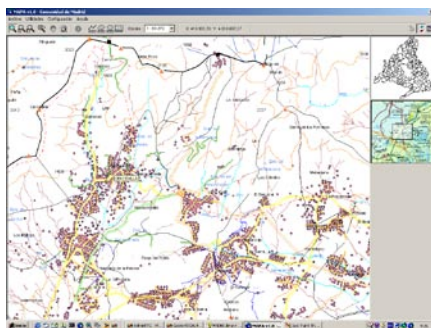
5.7 DEFINIÇÃO DE UMA METODOLOGIA DE CADASTRO PARA O PAÍS

Após a aprovação da lei do cadastro, será definida uma metodologia do cadastro para o país. Essa metodologia será testada através da realização de uma experiência piloto;

Com aqueles elementos será desenvolvida uma base de dados cadastral.

O projecto deve também fornecer o hardware e software básico para o Município piloto, aplicações de gestão cadastral (consulta e manutenção) e dotar a instituição que gere o cadastro (DGOth) dos equipamentos de topografia (estação total, equipamentos de digitalização e um plotter, assim como do software necessário para o correcto funcionamento.

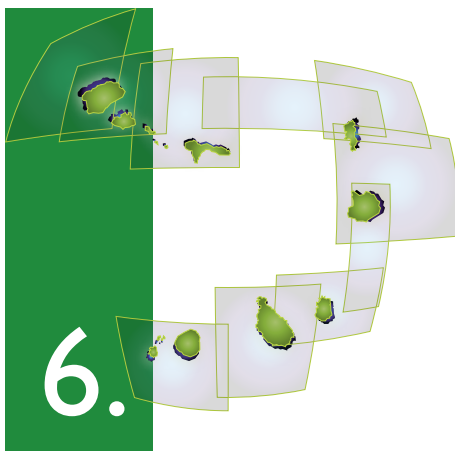
Consultoria de implementação até o completo funcionamento dos programas e bases de dados será posta à disposição tanto do Município piloto como da DGOth.



5.8 RESULTADOS ESPERADOS

Com a implementação desta vertente do projecto – cartografia e cadastro – pretende-se alcançar os seguintes resultados:

1. Lei de cadastro elaborada;
2. Metodologia para a realização do cadastro e condições técnicas: elaboração de um modelo cadastral;
3. Transferencia de tecnologia entre as regiões para a definição de uma metodologia de levantamento cadastral próprio;
4. Levantamento cadastral de parte de um Município para obtenção de dados que permitam experimentar e prosseguir as tarefas posteriores para uma gestão cadastral integral: manutenção cadastral e coordenação com registo da propriedade;
5. Criação de competências humanas especialistas em levantamentos cadastrais.
6. Informação cadastral mecanizada através da criação da base de dados alfanuméricos.



ORÇAMENTO

O orçamento estimado por actividades a desenvolver se descreve a seguir, compreendendo:

1.- Implantação de sistemas informáticos de gestão e modernização municipal nos 17 Municípios da República de Cabo Verde, incluindo os gastos de investimentos necessários assim como transportes e implantação.....389.456 euros

2.- Aquisição de um sistema informático de Gestão Cadastral, com definição do modelo de cadastro, formação de usuários e desenvolvimento de um sistema piloto.239.284.- euros

3.- Formação da base de dados de toponímia cadastral principal de Cabo Verde em formato vectorial associado a temáticos territoriais de cartografia e ortofotografia:247.536.-euros

TOTAL..... 876.276.- euros

6.1 6.1 PROPOSTA DE FINANCIAMENTO (euros)

	2005	2006	2007	2008	TOTAL
Cabo Verde (10%)	21.757	21.456	22.959	21.456	87.628
AECI/ GOBIERNO DE CANARIAS (50%- 50%)	195.810	193.105	206.628	193.105	788.648
TOTAL	217.566	214.561	229.587	214.561	876.276

ANEXO

DADOS GERAIS E ESTATÍSTICOS DE EXECUÇÃO DO PMM 1999/2003

Escritório aberto desde 1999 com os seguintes meios disponíveis

- computadores e impressoras para as acções de formação, teste de programas e realização de consultas com as Câmaras;
- 1 automóvel todo terreno para deslocações aos Municípios e outras actividades do projecto

Número de Municípios envolvidos:

- 17 (todos os Municípios de Cabo Verde);
- Governo (Direcção Geral do Ordenamento do Território);
- Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde

Numero de programas instalados:

- 68

Número de programas operativos

- 59 (83%)

Numero de pessoal de Cabo Verde contratado e formado por C&G:

- 7

Total de pessoal formado em cursos específicos (topógrafos, SIG, fotogrametria, etc):

- 15

Computadores instalados:

- 68 nos Municípios, sendo uma média de quatro por cada entidade;
- 2 na Direcção Geral do Ordenamento do Território e Habitat;
- 1 ANMCV

Impressoras instaladas:

- 51, sendo uma média de três por cada Município

Rede e outros:

- rede instalado em quatro Municípios;
- fornecimento de peças e acessórios para a reparação do material instalado;
- reparação de equipamentos informáticos dos Municípios

Número de Cursos em Canárias:

- 9

Número de Cursos em Cabo Verde:

- 9

Total de formandos que assistiram aos Cursos:

Em Cabo Verde – 85 (média de 17 por cada curso organizado)
 Nas Canárias – 22

Total de viagens aos Municípios:

-

do projecto); Durante o ano de 2001 não se atingiu a média de visitas anuais aos Municípios em virtude da suspensão do projecto.

o, Sede

Recursos Financeiros transferidos por cada entidade:

- Ver anexos ao relatório referente ao encerramento financeiro do projecto.

Relações Internacionais:

- Interesse nesta experiência de modernização do PMM manifestado por outros PALOP (países de língua oficial Portuguesa), designadamente Moçambique, Angola.
- A experiência de Cabo Verde serviu de base à inserção de empresas das Canárias nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, através dos projectos INTERREG III B.

